

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.324 - SP (2018/0314174-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : USINA SANTA RITA S A AÇÚCAR E ÁLCOOL
ADVOGADOS : JOSÉ FRANCISCO BARBALHO - SP079940
CARLOS ALBERTO MARINI - SP106474
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ANA LÚCIA IKEDA OBA E OUTRO(S) - SP098959
AGRAVADO : MAXIMA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : CAROLINE COSSETTI PIMENTEL - SP318540

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À ARREMATACÃO. ALEGADA NULIDADE NAS FORMAS DE ENTREGA E PAGAMENTO DO BEM ARREMATADO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

Execução Fiscal. Embargos à Arrematação. Sentença de acolhimento dos embargos. Recursos de apelação da arrematante e da Fazenda do Estado. Admissibilidade. Bem arrematado por valor equivalente a 60% (sessenta por cento) de sua avaliação. Inexistente irregularidade em virtude da forma de pagamento que, a rigor, não é parcelada. Desacolhimento da alegação de preço vil. Recursos providos.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação ao art. 668 e 690 do CPC/1973, asseverando que: a) nula a arrematação "ante a situação do pagamento do bem arrematado se dar em forma diversa daquela prevista no edital, ou seja, não constava do edital a possibilidade de fracionamento da entrega do bem e respectivo pagamento também fracionado - em parcelas" (fl. 259); b) "o edital de leilão não previa a venda em parcelas, como ocorreu" (fl. 265), devendo ser considerada nula a arrematação havida; e c) "se do edital constasse a possibilidade de fracionar o lote de produto adquirido e que o pagamento do preço também pudesse ser fracionado, com toda certeza atrairia muito interessados e não só o arrematante" (fl. 270).

Invoca, ainda, divergência jurisprudencial.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não provimento do recurso.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fl. 324, cujos fundamentos foram

impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O Tribunal de origem, soberano na apreciação das provas carreadas aos autos, reputou não ter havido prejuízo para as partes nas formas de entrega e pagamento do bem objeto da arrematação, fazendo-o nos seguintes termos (fls. 251/252):

"Não é caso, porém, de se pronunciar a nulidade, por isso que quanto ao mérito melhor sorte não se reserva à embargante-apelada (artigo 282, § 2º do Código de Processo Civil de 2015).

A arrematação levada a efeito na presente Execução Fiscal teve por objeto 172.000 (cento e setenta e dois mil) litros de álcool combustível, que foram arrematados por sessenta por cento (60%) do valor de avaliação. Lê-se do auto de fls. 14: '*Bem este que no Leilão Público realizado no dia 23/04/2014 foi arrematado pelo valor de R\$ 146.472,00 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais), equivalente a 60% do valor de avaliação do bem pelo índice 1.4193 da Cepea/Esalq da semana de 14.04.2014 a 17.04.2014, sendo a forma de pagamento depositado em guias conforme a liberação do álcool*' ('sic', fls. 14). Não se tratou, a rigor, de pagamento em prestações ou parcelado, mas sim de pagamento à vista de cada lote do produto arrematado liberado para a adquirente, o que se afigura razoável e não vedado pela lei de regência.

De outra parte, a se admitir, para argumentar, se cuidasse de modalidade de pagamento parcelado, nenhuma vedação havia para sua aceitação. O precedente do C. Superior Tribunal de Justiça referido na r. sentença diz respeito à hipótese distinta, de execução fiscal da dívida ativa do INSS, sujeita, como constou do precedente, a regramento especial."

Nesse contexto, acolher a pretensão recursal – para fins de reconhecer a nulidade da arrematação, que esta se deu de forma diversa da prevista no edital –, requer o revolvimento da matéria de fato, providência interdita na via do recurso especial em razão do óbice contido na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE - ARREMATAÇÃO - VÍCIO NO EDITAL - MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, "No caso de inobservância dos requisitos do art. 686 do CPC, a nulidade do edital de arrematação somente pode ser decretada se houver inequívoca demonstração de prejuízo" (REsp 520.039/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/9/2004, DJ de 29/11/2004). No ponto, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado nesta Corte. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. O acolhimento da pretensão recursal, a fim de reconhecer a nulidade do

edital, e a nulidade da arrematação do bem do recorrente, demandaria, necessariamente, revisão do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1124383/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018)

Outrossim, a divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, sob tal enfoque, fica prejudicada em razão do óbice da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO. 1. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REVISÃO. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal estadual, soberano na análise das provas, concluído que a agravada cumpriu os pressupostos exigidos pela legislação (art. 1.240 do CC) e que a usucapião está caracterizada na espécie, não se mostra possível modificar tais conclusões por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente vedado na via do recurso especial (Súmula n. 7/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a incidência do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte impede o conhecimento do recurso no que tange à alínea *c* do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1638034/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/12/2017)

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator